

Sumário do Pronunciamento Técnico CPC 22

Informações por Segmento

Observação: Este Sumário, que não faz parte do Pronunciamento, está sendo apresentado apenas para identificação dos principais pontos tratados, possibilitando uma visão geral do assunto.

1. Este Pronunciamento Técnico aplica-se às demonstrações contábeis separadas, individuais ou consolidadas da entidade:
 - a. cujos instrumentos de dívida ou patrimonial sejam negociados em mercado de capitais (bolsa de valores nacional ou estrangeira ou mercado de balcão, incluindo mercados locais e regionais); ou
 - b. que tenha depositado, ou esteja em vias de depositar, suas demonstrações contábeis à Comissão de Valores Mobiliários ou a outra organização reguladora, com a finalidade de emitir qualquer categoria de instrumento em mercado de capitais.
2. O Pronunciamento especifica como a entidade deve divulgar informações sobre seus segmentos operacionais nas demonstrações contábeis anuais, lembrando que o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária exige que a entidade divulgue informações sobre seus segmentos operacionais em demonstrações intermediárias. Também define os requisitos das respectivas divulgações sobre produtos e serviços, áreas geográficas e principais clientes.
3. Um segmento operacional é um componente da entidade:
 - (a) que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da mesma entidade);
 - (b) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho; e
 - (c) para o qual haja informação financeira individualizada disponível.
4. A entidade deve divulgar separadamente as informações sobre cada segmento operacional que tenha sido identificado ou que resulte da agregação de dois ou mais desses segmentos; e desde que supere os parâmetros mínimos quantitativos determinados.

5. Esses parâmetros mínimos quantitativos são basicamente percentuais estabelecidos relativos ao que significam: as receitas totais do segmento em comparação à soma de todas as receitas; o lucro ou prejuízo com relação ao lucro de todos os segmentos que evidenciarem lucro ou com relação ao prejuízo de todos os segmentos que evidenciarem prejuízo; e ativos com relação aos ativos totais. Receita e despesa de um segmento pode ser relativo a transação entre os segmentos, conforme estabelecido gerencialmente pela entidade.
6. O valor de cada item dos segmentos divulgados deve corresponder ao valor relatado ao principal gestor das operações para fins de tomada de decisões sobre a alocação de recursos ao segmento e de avaliação do seu desempenho. Os ajustes e as eliminações efetuados na elaboração das demonstrações contábeis e as alocações de receitas, despesas e ganhos ou perdas da entidade devem ser incluídos na determinação do lucro ou do prejuízo do segmento divulgado somente se estiverem incluídos no valor dos lucros ou dos prejuízos do segmento utilizado pelo principal gestor das operações. Da mesma forma, apenas os ativos e os passivos que estão incluídos no valor dos ativos e dos passivos dos segmentos utilizados pelo principal gestor das operações devem ser divulgados para esse segmento.
7. A entidade deve apresentar para cada segmento divulgável uma explicação das mensurações do lucro ou do prejuízo e dos ativos e dos passivos do segmento.
8. A entidade deve proporcionar conciliações das informações dos segmentos com relação aos seus totais para a entidade dos seguintes elementos: receitas, lucro ou prejuízo, ativos, passivos e quaisquer informações evidenciadas dos segmentos divulgáveis.
9. Informações geográficas também devem ser disponibilizadas por país ou grupo de países relativamente a receitas e ativos. Se forem relevantes as informações por região geográfica dentro do Brasil, e se essas informações forem utilizadas gerencialmente, as mesmas regras de evidenciação devem ser observadas.
10. A entidade deve fornecer informações sobre o grau de dependência de seus principais clientes, sem obrigação de identificar os nomes desses clientes.